



PARECER TÉCNICO

PARECER nº.: PT-040-DVS- GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CRICIÚMA - 2024

ESTABELECIMENTO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS

NOME FANTASIA: UBS VILA SÃO JOÃO

ENDEREÇO: Rua E, s/n, Cohab, Siderópolis - SC.

ASSUNTO: Avaliação de Projeto Básico de Arquitetura para a instalação de uma Unidade Básica de Saúde.

DATA: 11/10/2024

Trata-se da análise de um projeto básico de arquitetura para a avaliação da proposta de “...**instalação de uma Unidade Básica de Saúde**” com área total de 488,01 m². A unidade será localizada no município de Siderópolis, conforme protocolo de 30 de Agosto de 2024.

Analisando o projeto básico de arquitetura apresentado pelo interessado, conforme nos orienta a Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA c/c RDC nº 51/2011 c/c RDC 63/2011 c/c PORTARIA SES/DIVS Nº 993/2019, que dispõe sobre normas para análise e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de assistência à saúde, constatamos que:

1. Em relação à **Documentação Apresentada:**

- 1.1 A documentação que compõe o Projeto Básico de Arquitetura do EAS em avaliação está inadequada e incompleta.
- 1.2 Devem ser reajustadas as atualizações no selo das pranchas no que tange as revisões e novas versões.
- 1.3 Todas as nomenclaturas devem estar dispostas de acordo com a RDC 50/2002.
- 1.4 O projeto arquitetônico deve conter todas as informações mínimas e necessárias para leitura do mesmo, inclusive com a utilização de símbolos oficiais do desenho técnico, selo com identificação das pranchas e informações mínimas sobre o projeto, identificação dos desenhos registrados nas pranchas, nomenclatura oficial para denominação das áreas, ambientes, unidades, identificação e definição clara do objeto da avaliação solicitada.
- 1.5 O projeto arquitetônico deve ser apresentado em versão oficial, original e sem rasuras, graficado dentro dos padrões oficiais do desenho técnico, com selo contendo informações sobre: identificação e endereço do estabelecimento, numeração das pranchas, data – inclusive das revisões, escalas utilizadas, identificação, número de registro no CREA ou CAU e assinatura dos autores e do responsável legal do estabelecimento. Deve conter no mínimo: Planta de situação da edificação, Planta de implantação da edificação e seus acessos de pedestres e veículos, estacionamento e outros, Plantas baixas, layout, cortes e fachadas, com escala não menor que 1:100, exceto plantas de locação, de situação e de



cobertura, Registro de todas as dimensões (medidas lineares e áreas internas de compartimentos), inclusive cotas de nível e vista 3D.

- 1.6 Ausência de comprovante de pagamento da guia DARE.
- 1.7 Ausência de Relatório Técnico assinado pelo RT da implantação.
- 1.8 Ausência de planta de implantação com novo Responsável Técnico.
- 1.9 ART do responsável técnico pela implantação.
- 1.10 Ausência de proposta assistencial.
- 1.11 Todas as nomenclaturas devem estar dispostas de acordo com a RDC 50/2002.
- 1.12 Ausência de indicação da previsão diária de atendimentos.

2. Em relação a **Adequação do Projeto Arquitetônico às Atividades Propostas pelo EAS:**

- 2.1. Adequar os Relatórios Técnicos de arquitetura e das atividades desenvolvidas de acordo com as alterações que serão efetuadas no projeto de arquitetura;
- 2.2 A união do rodapé com a parede deve ser executada de modo que os dois estejam alinhados, evitando-se o tradicional ressalto do rodapé que permite o acúmulo de pó e é de difícil limpeza. **Adicionar detalhe arquitetônico.** Os rodapés devem ser constituídos de material impermeável. Não são permitidos rodapés de madeira. Inserir desenho na planta.
- 2.3 Todas as portas devem ter dimensões mínimas de 0,80 (vão livre) x 2,10 m, inclusive sanitários.
- 2.4 Ausência de indicação das siglas de instalações em cada ambiente.
- 2.5
- 2.6 Deve(m) estar garantida(o)(s): a) a renovação de ar eficiente nos ambientes, não sendo permitida a recirculação de ar exaurido; b) a instalação de visores em todas as portas onde estes forem necessários; c) a instalação de telas contra vetores em todas as aberturas onde estas forem necessárias inclusive aquelas sem indicação em projeto; d) as condições de Segurança Contra Incêndio, principalmente as relacionadas a portas e vias de escape; e) todas as instalações de suporte ao funcionamento da Unidade em análise, inclusive as citadas na coluna "INSTALAÇÕES" das respectivas Unidades Funcionais, da RDC nº 50/02;
- 2.7 Ausência de informações relacionadas à guarda-corpo e corrimãos no acesso ao estabelecimento.
- 2.8 Nos locais que não dispõem de janelas deverá ser prevista uma solução para renovação de ar do ambiente (entrada e saída).
- 2.9 Ausência de informações relacionadas aos materiais de acabamentos de todos os móveis, tais como, bancadas, poltronas, macas e cadeiras.
- 2.10 Ausência de detalhamento de rampas que comprovem a acessibilidade de acesso ao estabelecimento.
- 2.11 Ausência de informações relacionadas aos tipos de ralos que serão utilizados.
- 2.12 Os corredores destinados à circulação de pacientes devem possuir corrimãos em ao menos uma parede lateral a uma altura de 80 cm a 92 cm do piso, e com finalização curva. Os bate-macas podem ter também a função de corrimão. Os corredores de circulação de pacientes ambulantes ou em cadeiras de rodas, macas ou



camas, devem ter a largura mínima de 2,00 m para os maiores de 11,0 m e 1,20m para os demais, não podendo ser utilizados como áreas de espera. Os corredores de circulação de tráfego intenso de material e pessoal devem ter largura mínima de 2,00 m, não podendo ser utilizados como área de estacionamento de carrinhos.

2.13 A C.M.E. deverá dispor de área suja e área limpa. Na área suja (utilidades) deve dispor de pia para lavar os materiais e bancada para prepará-los. Na área limpa deve dispor de bancada para manusear os materiais e equipamento para esterilização. É necessário dispor de pia exclusiva para higienização das mãos tanto na área suja quanto na área limpa. Necessário dispor de guichê na ligação entre as salas suja e limpa (sala de utilidades e esterilização)

2.14 O D.M.L. deverá dispor de armário para guardar produtos e utensílios de limpeza.

2.15 Ausência de informações relacionadas a que tipo de materiais serão armazenados no almoxarifado.

2.16 Ausência de especificações da capacidade dos reservatórios de água. Calculado o consumo diário do EAS, a reserva de água fria, no caso de abastecimento a partir de rede pública, deve ter autonomia mínima de dois dias ou mais, em função da confiabilidade do sistema.

2.17 A sala de imunização deve conter, no mínimo: a) pia de lavagem; b) bancada; c) mesa; d) cadeira; e) caixa térmica de fácil higienização; f) equipamento de refrigeração exclusivo para guarda e conservação de vacinas, com termômetro de momento com máxima e mínima; g) local para a guarda dos materiais para administração das vacinas; h) recipientes para descarte de materiais perfurocortantes e de resíduos biológicos; i) maca; e j) termômetro de momento, com máxima e mínima, com cabos extensores para as caixas térmicas. Indicar a alocação destes na sala.

2.18 É necessário dispor de gases medicinais canalizados.

2.19 A localização ideal para os sanitários de uso dos pacientes é na recepção.

2.20 Não foi possível realizar uma análise completa e definitiva em função da ausência de alguns documentos importantes, tais como, Relatório Técnico com proposta assistencial e demais projetos.

3. Em relação ao **Dimensionamento dos Ambientes e Adequação dos Mobiliários e Equipamentos:**

3.1 Devem estar garantidas as áreas e dimensões mínimas dos ambientes, considerando-se as distâncias e afastamentos na locação e instalação de equipamentos e mobiliários do EAS;

4 Em relação à **Funcionalidade da Edificação:**

4.1 Todos os fluxos de trabalho, materiais e/ou insumos referentes às atividades que serão realizadas no EAS, deverão estar adequados e cumprirem os padrões estabelecidos;

5 Em relação às **Instalações Ordinárias Especiais:**



5.1 Devem estar garantidas todas as instalações de suporte ao funcionamento da Unidade em análise, inclusive as citadas na coluna “INSTALAÇÕES” constante na respectiva Unidade Funcional, no texto da RDC nº 50/02;

6. Em relação às **Especificações Básicas de Materiais**:

6.1 As características dos materiais indicados em projeto, para acabamentos dos pisos, paredes e tetos dos ambientes que compõem o estabelecimento, estão adequados e dentro dos padrões estabelecidos;

Pelo exposto acima somos de **PARECER CONTRÁRIO** à aprovação do referido Projeto Básico de Arquitetura desde que sejam atendidos os itens listados acima.

- RECOMENDAÇÕES:

- Além de observar os itens descritos neste Parecer, devem ser adotados todos os critérios exigidos na RDC/ANVISA nºs 51/2011, 50/2002, NBR 9050/2020 e RDC 993/2019;
- A aprovação do projeto não eximirá os autores deste das responsabilidades estabelecidas pela s normas, regulamentos e legislações pertinentes às atividades profissionais;
- Devem ser atendidas todas as outras prescrições pertinentes ao objeto desta norma estabelecidas em códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos e Corpo de Bombeiros;
- Não está eximida a necessidade de apreciação e aprovação do projeto pelos órgãos competentes no nível local, para a execução da obra;
- Em se tratando de obra pública, devem ser observadas as a exigências da Lei 8.666, artºs 6º e 7º e Resolução CONFEA nº 361/91, assim como sua apreciação a aprovação por órgãos competentes do nível local, quando couber, para a realização do processo de licitação e conseqüente execução da obra.
- A reapresentação de nova versão do Projeto Básico de Arquitetura – PBA é em prazo máximo de 60 dias, a contar da data de recebimento do Parecer Técnico;
- Cada processo de PBA pode ser submetido a, no máximo, quatro (04) análises sendo uma análise e três reanálises.
- AO TÉRMINO DA EXECUÇÃO DA OBRA E/OU QUANDO DA SOLICITAÇÃO DO LICENCIAMENTO SANITÁRIO, O EAS DEVERÁ SER INSPECIONADO POR EQUIPE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMPOSTA, NO MÍNIMO, POR UM PROFISSIONAL HABILITADO PELO SISTEMA CREA/CONFEA, PARA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CONSTRUÍDO COM O PROJETO APROVADO ANTERIORMENTE.

Criciúma, 11 de Outubro de 2024.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **1A2ZT0L9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DAIANE DOS SANTOS DA SILVA (CPF: 036.XXX.529-XX) em 11/10/2024 às 16:08:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:57 e válido até 13/07/2118 - 13:34:57.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAyMTM0NzJfMjE1OTM2XzlwMjRfMUEyWlQwTDk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00213472/2024** e o código **1A2ZT0L9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.